

GÊNESE DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NO BRASIL

THE GENESIS OF AGRICULTURAL GEOGRAPHY IN BRAZIL

Munir Jorge Felício

Pesquisador Credenciado na Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial e membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, UNESP campus de Presidente Prudente (SP)
munirjfelicio@gmail.com

Resumo

A geografia agrária estuda as formas de ocupação do território não isolando o olhar geográfico das demais abordagens como as históricas, sociais, econômicas e políticas. Como ciência ela evolui em função do aperfeiçoamento teórico-metodológico para interpretar, geograficamente o espaço, razão pela qual, acompanha as transformações do modo de produzir grão e carne, visando verificar as diferentes formas de analisar a agricultura. No decorrer das décadas de 1960-1970 a geografia agrária no Brasil iniciou sua própria trajetória ao produzir interpretações e desenvolver metodologia que lhe aparelhasse cada vez mais, proporcionando acompanhar as transformações no campo. No presente texto as duas partes que a compõe reuniram, na primeira, aspectos metodológicos da geografia agrária com as contribuições de Valverde (1964), Ceron e Diniz (1970), Keller (1973) e Oliveira (1977). Abordagens analíticas da geografia agrária constam, na segunda parte, contando com as discussões de Bernardes (1961), Andrade (1964), Guerra (1965) e Becker (1972).

Palavras-chave: geografia agrária; produzir interpretações; evolução; agricultura.

Abstract

Agricultural Geography today focuses specifically on the forms of occupation of the territory, and thus not isolating other geographical scope approaches such as the historical, social, economic and political circumstances. As Science, it has evolved on account of theoretical-methodological improvement to geographically interpret the space, which is why, it is following up on the ongoing transformation in the way of producing grain and meat, and to address different forms of analysing agricultural practices. In the 1960s and 1970s, the Agricultural Geography Brazil began its own trajectory by producing interpretations and adjusting methodology that fitted more and more, providing the opportunity to monitor current transformations. In this text, the two parts that compose it rallied, at first, methodological aspects of agricultural geography with contributions from Valverde (1964), Ceron & Diniz (1970), Keller (1973) and Oliveira (1977). In the second part, analytical approaches to agrarian geography are based on the discussions of Bernardes (1961), Andrade (1964), Guerra (1965) and Becker (1972).

Keywords: Agricultural Geography, produce interpretations, evolution, agriculture.

Introdução

É próprio de a geografia agrária reunir dimensões analíticas sobre as formações econômicas; os tipos de paisagem agrícola; a distribuição dos produtos do campo; as condições do meio, especialmente do solo; o regime de propriedade; as relações de produção; sistemas de produção; exploração agrícola, dentre outras. Sua importância e função consistem, muito mais, em interpretar do que descrever as nuances e os desdobramentos nas transformações do mundo agrícola. O objetivo principal do texto consiste em conhecer tais nuances e desdobramentos, os quais contribuíram para a consolidação da geografia agrária no Brasil.

Como ciência ela evolui em função do aperfeiçoamento teórico-metodológico para interpretar, geograficamente, o espaço brasileiro, razão pela qual, acompanha as transformações do modo de produzir grão e carne, principalmente, para verificar as diferentes formas de analisar a agricultura em seu próprio contexto socioeconômico. No decorrer das décadas de 1960-1970 a geografia agrária no Brasil impulsionou sua própria trajetória ao produzir interpretações e desenvolver metodologia que lhe aparelhasse cada vez mais, proporcionando acompanhar as transformações no campo.

O diálogo profícuo entre a geografia agrária e demais ciências como economia, agronomia, sociologia, história, dentre outras, que também constrói interpretações do campo diante das transformações capitalistas contribuiu para que o geógrafo agrário construísse sua maneira própria de pensar e entender a agricultura. Importantes contribuições como Guimarães (1977); Frank (2005); Kageyama e Silva (1979); Gonçalves Neto (1997), dentre outras, propiciaram debates sobre a modernização da agricultura; as razões da migração campo-cidade; a histórica concentração fundiária, os conflitos agrários, dentre outros elementos significativos da análise da atividade agrícola no Brasil.

No presente texto as duas partes que o compõe reuniram, na primeira, aspectos metodológicos da geografia agrária com as contribuições de Valverde (1964), Ceron e Diniz (1970), Keller (1973) e Oliveira (1977). Abordagens analíticas da geografia agrária constam, na segunda parte, contando com as discussões de Bernardes (1961), Andrade (1964), Guerra (1965) e Becker (1972). Tais contribuições foram retiradas do quadro 1 em que estão organizadas, em ordem cronológica, demais obras da geografia agrária

brasileira. Foram escolhidas as análises que mais contribuíram com a consolidação da geografia agrária e por apontarem possíveis direcionamentos para o seu desenvolvimento.

Quadro 1: Textos de geografia agrária da década de 1960 e 1970

Publicação	Autoria	Título do texto	Localização/Fonte
1961	Nilo Bernardes	Características Gerais da Agricultura Brasileira no século XX.	rbg_1961_v23_n2
1961	Oswaldo Azevedo	Intercâmbio Mercantil do Brasil após a II GM	bpg_1961_n. 39
1961	Valverde/ Mirian	Geografia Agrária do Baixo Açu	rbg_1961_v23_n3
1963	Valverde	Geografia Agrária do Brasil	Livro
1964	MC Andrade	A terra e o homem no Nordeste	Livro
1965	AT Guerra	Os solos e a Reforma Agrária no Brasil	rbg_1965_v27_n1
1967	Valverde	A fazenda de café escravocrata no Brasil	rbg_1967_v29_n1
1967	MCAndrade	Condições naturais e sistemas de exploração da terra no Estado de Pernambuco	bpg_1967_n. 44
1968	MCAndrade	Latifúndio, cana de açúcar e côco no Norte de Alagoas	bpg_1968_n. 45
1970	Ceron e Diniz	Tipologia da agricultura questões metodológicas e problemas de aplicação no Estado de São Paulo	rbg_1970_v32_n3
1970	Berry e Pyle	Grandes regiões e tipos de agricultura no Brasil	rbg_1970_v32_n4
1971	JS Marques	Estrutura agrária do Estado de Pernambuco	rbg_1971_v33_n2
1972	Berry	Um paradigma para a Geografia moderna	rbg_1972_v34_n3
1972	Ceron	Alguns padrões de utilização da terra agrícola no planalto ocidental de São Paulo	bpg_1972_n. 47
1972	Becker	Crescimento econômico e estrutura espacial no Brasil	rbg_1972_v34_n4
1973	Keller	Diretrizes e prioridades das pesquisas agrárias	rbg_1973_v35_n2
1976	MCAndrade	Comércio internacional e distribuição espacial da produção de açúcar no Brasil	bpg_1976_n. 51
1977	Ariovaldo U. Oliveira	O “econômico” na obra “Geografia Econômica” de Pierre George: elementos para uma discussão	bpg_1977_n. 54

Org. Munir Jorge Felício a partir dos sites: www.agb.org.br para os Boletins Paulista de Geografia – bpg e <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115> para as Revistas Brasileiras de Geografia – rbg.

Aspectos metodológicos da geografia agrária

Os primeiros esboços sobre a metodologia da geografia agrária foram organizados por iniciativa de Valverde (1964), ao tratar dela na introdução do primeiro volume de sua obra Geografia Agrária no Brasil. Para ele foi a “Alemanha que se colocou como pioneira destes conhecimentos e foi lá que a Geografia Agrária tomou maior desenvolvimento em

tempos recentes” (VALVERDE, 1964, p. 11). Conduzida para o Brasil pelas mãos de Migliorini; Pierre Deffontaines; Pierre Denis; Leo Waibel, dentre outros, ela se desenvolveu, discutindo, desde o seu início, as formas de ocupação do território brasileiro.

Geografia Agrária foi a denominação escolhida em detrimento de Geografia Agrícola, por apontar sentido mais amplo e ser mais um ramo da Geografia Econômica do que da Humana. A sua metodologia deverá envolver aspectos geográficos da agricultura, produção animal, produção vegetal, distribuição dos produtos cultivados, condições do meio, dos aspectos sociais, dos regimes de propriedade, das relações de produção, das condições econômicas e sociais, do gênero de vida, do *habitat*, dos tipos de habitação, dentre outros.

Para Valverde (1964, p. 21) “é preferível, portanto, definir a Geografia Agrária como o estudo descritivo das diferenças espaciais da superfície da terra, do ponto de vista da exploração agrícola e a interpretação de suas causas”. No bojo de sua metodologia serão estudadas as influências do meio natural sobre a diversificação agrícola ao analisar as condições do solo, relevo, abastecimento de água, do clima e da vegetação. “A Geografia Agrária estuda os sistemas de produção de determinadas espécies animais e vegetais geneticamente vinculados à flora e à fauna existentes” (VALVERDE, 1964, p. 21).

Ao estudar as zonas agrícolas procura entender o complexo dinâmico integrado pelos fatores naturais e sua potencialidade econômica de aproveitamento agrícola de determinada região. “Não é a distribuição de uma cultura o que interessa fundamentalmente à geografia, mas sim saber como se distribui todo um conjunto de atividades agrícolas” (VALVERDE, 1964, p. 22-23). O desenvolvimento açucareiro da zona da mata nordestina, do recôncavo baiano e da Baixada de Campos estava estabelecido devido aos solos aluviais argilosos e pesados das terras de massapê. “A terra roxa, resultante da decomposição das rochas basálticas em clima tropical úmido e semi-úmido, tornou-se afamada como solo ideal pra a cultura do café e dos cereais” (VALVERDE, 1964, p. 25).

A exploração agrícola sofre influência condicionante do clima, da constituição do solo e das formações vegetais. Fatores que explicam o desenvolvimento dos cafezais nas partes mais altas onde a incidência das geadas é menor, reservando as pastagens para os

vales. “As formas de atividades em Geografia Agrária se traduzem pelos chamados ‘sistemas de utilização da terra’ ou ‘tipos de culturas’ ou ainda ‘sistemas agrícolas’” (VALVERDE, 1964, p. 27).

O trabalho de campo se constitui na leitura do fenômeno em que o geógrafo, pela observação direta, não se contenta em descrevê-lo. Seu trabalho consiste em interpretá-lo, compreender como funciona cada um dos elementos que nele se refletem. Procura respostas para os questionamentos como: onde é produzida a safra agrícola? Quanto é produzido? Como são produzidos? Para quem são produzidos? São informações necessárias para compreender as formações econômicas e os tipos de paisagem agrícola.

A descrição da paisagem não é suficiente para o trabalho geográfico que depende da interpretação para compreender a disposição da área cultivada ou em pousio, bem como, investigar como ocorreu a introdução de nova cultura naquele lugar. “Frequentemente a cultura de um produto que desaparece vai influir sobre a de um outro que o sucede. Muitas vezes, a simples introdução de uma nova cultura sofre a influência de outra que já era praticada há mais tempo no mesmo lugar” (VALVERDE, 1964, p. 29).

Com a interpretação histórica o geógrafo consegue reunir informações para compreender a origem de determinados sistemas agrícolas como o retorno dos canaviais paulistas quando a indústria açucareira voltou a se estabelecer na região. “O usineiro paulista foi constrangido a melhorar as condições de seus empregados, sob pena de perdê-los em proveito das fazendas de café, que ofereciam melhores condições de trabalho” (VALVERDE, 1964, p. 29).

Para compreender o desenvolvimento dos sistemas agrícolas é necessário reunir informações sobre a evolução histórica e verificar em quais condições foi introduzido uma nova espécie cultivada e se houve, ou não, a introdução de novo equipamento ou nova técnica para atender as exigências da nova cultura.

[...] o advento de novos sistemas agrícolas, assim como de novos tipos de *habitat*, resultam de transformações sociais e econômicas profundas. Embora conhecida na Europa desde o século XVI, a chamada batata inglesa só foi integrada naquele sistema agrícola de rotação de culturas conhecido como ‘sistema inglês’ ou ‘flamengo’, ou ainda de ‘jardinagem de tipo ocidental’, quando a industrialização criou, no oeste europeu, condições de mercados que requeriam a aplicação de sistemas intensivos de lavoura. (VALVERDE, 1964, p.31. Grifos no original).

A interpretação da paisagem agrícola exigirá da metodologia da geografia agrária o estudo das influências econômicas para entender o objetivo da produção diante das

diversas culturas. Pelas particularidades caracterizadas se distinguem a produção que atenderá a exportação daquela que abastecerá o mercado interno. Outros fatores também incidem nos aspectos econômicos, tais como, a distância do mercado ou do porto exportador; o regime de propriedade, de relevo, clima, solo, facilidades de transportes, dentre outros.

As formas de economia e as atividades laborais definem o sistema agrícola: o primeiro diz respeito ao objetivo da produção e os meios utilizados, por exemplo, a pecuária extensiva, o uso do arado e o segundo, diz respeito ao processo de trabalho, por exemplo, a rotação bienal ou trienal e a agricultura itinerante. “As formas de economia são, por sua vez, um conceito englobado em outro ainda mais amplo, qual seja o de *modo de produção*, cujo estudo constitui o próprio cerne da Economia Política” (VALVERDE, 1964, p. 34. Grifos no original).

Estudar a estrutura fundiária e a renda da terra possibilita analisar os diversos usos sociais da organização do território como fator de poder e divisão de classes. O geógrafo agrário interpreta econômica e socialmente as inúmeras relações do ser humano entre si e a forma da utilização do solo. São influências sociais e econômicas que interferem na interpretação da paisagem e colaboram na construção do seu esquema interpretativo a partir de aspectos físicos, sobrepondo os dados humanos e depois aspectos econômicos e políticos.

Aos traços iniciais da metodologia da geografia agrária organizados por Valverde (1964) somam-se as análises de Ceron e Diniz (1970) e Keller (1973) por tratarem da classificação dos tipos de agriculturas. Ceron e Diniz (1970) tomam a iniciativa de estudar a tipologia no Estado de São Paulo e Keller (1973) na realidade nacional, ambos, a partir da tipologia da agricultura criada em julho de 1964 pela União Geográfica Internacional como parte de uma pesquisa desenvolvida na Europa, Reino Unido, Ásia, Austrália, Nova Zelândia e América Latina.

Dentre os objetivos da pesquisa se destaca a tentativa em propor uma terminologia, critérios, métodos e técnicas de tipologia da agricultura para classificar a agricultura mundial. Tipo de agricultura inclui todas as formas de culturas e criação de gado cujas características externas se constituem do meio natural, social, técnico, econômico e cultural e as internas se dividem em três grupos: características sociais, de organização e técnicas e de produção. Ao aplicar a metodologia, por exemplo, a que se

refere às características funcionais (de organização e técnicas) “apresentam grande dificuldade de mensuração, tanto pela sua natureza, como pela deficiência dos dados estatísticos disponíveis no Brasil” (CERON e DINIZ, 1970, p. 46).

Para obter o índice de intensidade da agricultura se calcula o número de tratores, arados e pessoal por hectare multiplicando pelo peso 40 o de trator, por 8 o de arado e 1 o pessoal. O resultado da operação é dividido pela área total do município para se obter o índice de intensidade da agricultura da área municipal. Para conhecer as características de produção de alguns municípios paulistas foram estudados os seguintes elementos: produtividade agrícola; orientação da agricultura; comercialização; especialização da agricultura.

Ao aplicar os elementos da tipologia da agricultura em quinze municípios paulistas Ceron e Diniz (1970) ofereceram algumas sugestões para análise de elementos particulares da tipologia agrícola, tais como: cálculo da área máxima de estabelecimento valorizado exclusivamente com trabalho familiar; distribuição da propriedade da terra e sua classificação; análise da produtividade combinada em relação a um modelo de produtividade máxima.

As análises de Keller (1973) almejam compreender a classificação dos tipos de agriculturas no Brasil e a definição das regiões agrícolas para identificar e explicar as estruturas e os processos espaciais, que se bem organizados, podem contribuir como subsídios aos programas de desenvolvimento agrícola, “o que exige não somente estudos de elementos ou fenômenos particulares mas, sobretudo, um conhecimento mais aprofundado e sintético da atividade agrária como um todo” (KELLER, 1973, p. 136).

Como geógrafa do IBGE defende a criação de um programa de pesquisas agrárias para que se estabeleça uma tipologia da agricultura em escala nacional adotando os conceitos e critérios definidos pela Comissão de Tipologia Agrícola da União Geográfica Internacional vigente desde 1964. “A unidade de estudo na tipologia agrícola deve ser o estabelecimento rural nos estudos de pequena escala e a unidade administrativa (município) ou região homogênea nos mesoestudos” (KELLER, 1973, p. 137).

A partir de características internas compreendidas em três categorias serão definidas os tipos de agricultura:

- a) *Características técnicas sociais*, relativas ao produtor;
- b) *Características técnicas e de organização* que tratam da maneira pela qual a produção é obtida e as técnicas e práticas adotadas;

- c) *Características de produção* que respondem à questão sobre o que é produzido, quanto é produzido e para que é obtida a produção agrícola (KELLER, 1973, p. 137. Grifos no original).

Nas características sociais as informações referem-se ao produtor, aos tipos de propriedade, aos tipos de estabelecimentos, aos sistemas de exploração agrícola e a escala da operação. Nas características técnicas e de organização interessam as práticas e os meios adotados na obtenção da produção e na manutenção da fertilidade do solo. As características de produção se concentram na produtividade da terra, da mão de obra e do capital.

Dependendo da pesquisa agrária o trabalho contará com variáveis que caracterizarão os diferentes aspectos do tipo de agricultura, assim,

Nos estudos tipológicos de pequena escala baseados na pesquisa direta das características dos estabelecimentos agrícolas emprega-se o maior número de índices e medidas, enquanto os estudos tipológicos de escala regional ou nacional deverão se basear em dados agregados que caracterizam a agricultura por unidade administrativa, os quais podem ser ou não controlados por estudos de amostragem de estabelecimento individuais. (KELLER, 1973, p. 138-139).

As duas abordagens dos estudos de tipologias agrícolas consistem em duas formas com procedimentos metodológicos distintos: no primeiro se desenvolvem pela pesquisa direta no campo para a coleta de informações, aplicação de questionários e observações geográficas diante dos estabelecimentos localizados nos municípios. No segundo se desenvolvem pela coleta de dados dos diferentes índices retirados do último censo agrícola quanto à produtividade, comercialização e orientação da agricultura.

Pela propositura de Keller (1973) os estudos de tipos de agricultura no Brasil devem ser desenvolvidos em dois níveis: as microrregiões homogêneas e municipais. É de se esperar que seus resultados contribuam “para o desenvolvimento da Geografia Agrária como uma disciplina científica, como também pela possibilidade de fornecer subsídios à solução dos problemas de desenvolvimento e planejamento regionais” (KELLER, 1973, p. 142).

É parte integrante da tarefa interpretativa a definição do lugar social a partir de onde o geógrafo agrário exercerá seu trabalho científico. Por isso o debate ideológico e as discussões teóricas metodológicas são inerentes na construção da geografia como demonstrou Oliveira (1977) diante de trechos da obra de Pierre George “Geografia Econômica” (1970), ao discutir os estudos econômicos à luz dos conceitos básicos do materialismo histórico. O interesse consiste em verificar e apontar “uma contradição

fundamental, isto é, confundir o materialismo histórico com o método histórico da Economia” (OLIVEIRA, 1977, p. 42).

A geografia econômica de Pierre George utiliza como referencial de análise o método histórico da economia no qual não há classes sociais e lutas de classe, interpretando a sociedade apenas como um conjunto de grupos humanos. Todavia, em certas discussões ele procura incorporar conceitos do materialismo histórico à geografia. “Este choque teórico-metodológico marcou, indubitavelmente, a produção geográfica, principalmente a de orientação francesa, na última década” (OLIVEIRA, 1977, p. 43).

O equívoco teórico metodológico de Pierre George dificulta identificar a “unidade contraditória da estrutura econômica da sociedade, abstraindo, simplesmente, o conceito de *modo de produção*, substituindo-o pelo conceito de *sistema econômico*. A diferença é fundamental” (p. 43. Grifos no original.). A descrição da organização social não é suficiente para revelar a estrutura social, “deve levar em consideração fundamentalmente as relações dialéticas entre o espaço e o tempo” (p. 44) para que o trabalho do geógrafo se efetive.

O discurso geográfico de Pierre George não contribui para o desvendamento da estrutura social por estar na dependência de conceitos imprecisos como formas de produção, grupos humanos, sistema econômico o que propicia contradição como quando utiliza o conceito de população do globo num contexto que reduz a expressão numa visão caótica de um todo. Ele “trata o econômico de forma a manter uma unidade parcial neste econômico, mas sem que essa unidade parcial seja produto das contradições inerentes ao modo de produção, isto é, sem que a unidade seja uma unidade de contrários” (OLIVEIRA, 1977, p. 45).

Geografia não é uma ciência neutra e suas interpretações surgem do movimento social em que o dinamismo é contraditório e, sem ele, não existiria. É função de a ciência geográfica estabelecer discussões teórico-metodológicos visando elucidar o seu objeto de estudo e aprimorar seu discurso, “na verdade, a compreensão última da realidade encontra-se na compreensão de suas contradições internas” (OLIVEIRA, 1977, p. 42). Na sociedade capitalista não há linearidade histórica evolucionista e sim ruptura no processo histórico, devido à luta de classes.

Abordagens analíticas da geografia agrária

A dimensão continental do Brasil contrasta com o seu potencial de espaço agrícola com resultados pífios destacados nas análises de Bernardes (1961), ao constatar a produção agropecuária nos meados do século XX. Ela se destaca pelo aspecto quantitativo e não qualitativo. São baixos os rendimentos e grande a instabilidade da produção desenvolvida na quarta parte da superfície de terra exploráveis do país. Mesmo assim, a economia brasileira depende da exportação de produtos agrícolas e o desenvolvimento industrial está atrelado à agricultura como fonte de suprimento de matéria prima. “Nossa economia rural se caracteriza por um aproveitamento relativamente débil da área considerada ocupada, a qual por sua vez, corresponde a uma fração pequena do território nacional” (BERNARDES, 1961, p. 364).

A utilização da terra no processo de ocupação do território é desigual, pois enquanto 82,6% do território do Rio Grande do Sul estão em produção, no Pará a proporção é de apenas 5,7%. No conjunto, “o total cultivado corresponde apenas a cerca de 2% do território nacional. Isto significa menos de 0,4 hectares por habitante, o que é irrisório, mesmo para um país pouco desenvolvido” (BERNARDES, 1961, p. 364). A estrutura fundiária brasileira e o regime de exploração da terra apresentam extremos que revelam a desigualdade de classes ao confrontar os minifúndios do Nordeste diante dos imensos latifúndios no Centro-Oeste.

A política pública agrícola privilegiou, historicamente, as grandes propriedades em detrimento das pequenas produções, sem levar em consideração de que “não se dispõe sequer do número de proprietários, o que nos impede de conhecer com exatidão o grau de concentração da propriedade e a variação regional do fenômeno” (BERNARDES, 1961, p. 367), pois, o censo de 1950 considerou apenas os estabelecimentos agropecuários.

A denominação de pequena e grande propriedade pode não revelar de forma fidedigna a realidade brasileira, vez que precisar “critérios numéricos relativos a uma e a outra torna-se difícil, senão impossível, especialmente tendo-se em vista as condições diversas existentes em tão vasto território como o nosso” (BERNARDES, 1961, p. 369). A grande propriedade recebe, normalmente, a denominação fazenda ou engenho e a pequena de sítio ou chácara.

Nos vestígios das sesmarias o desenvolvimento dos latifúndios e dos grandes estabelecimentos ocorreu quando três elementos se completavam na expansão agrícola: os cultivos tropicais, a grande propriedade e a abundante força de trabalho servil. A produção atendia aos comandos capitalistas vindos de fora e os alimentos eram cultivados nos espaços que sobravam “a uma posição secundária, quase somente tolerada pela sua necessidade e não por interesse econômico” (BERNARDES, 1961, p. 386).

Destaca Bernardes (1961) a inexistência na Geografia Agrária de uma sistematização geral, de uma carta da utilização da terra no Brasil. Ela será introduzida na década de 1970 como demonstraram Ceron e Diniz (1970). De maneira geral a utilização da terra no Brasil se caracteriza pela separação entre a criação de gado e a agricultura, ainda que coexistam no mesmo lugar. Ambas em sistemas extensivos. Os estabelecimentos se dividem segundo a organização e o objetivo predominante em “pequena lavoura de subsistência, pequena lavoura comercial, grande lavoura comercial, criação de gado” (BERNARDES, 1961, p. 388).

Os sistemas agrícolas mais expressivos segundo Bernardes (1961, p. 388-404) se classificam em duas modalidades: os tradicionais e os melhorados. Dentre os sistemas agrícolas tradicionais a roça consiste no sistema de cultivo anual por aproveitar unicamente a fertilidade natural do solo contando com um equipamento mínimo de trabalho. “Entre os povos primitivos, agricultores itinerantes, a propriedade da terra não conta e sim a propriedade da cultura” (BERNARDES, 1961, p. 389).

Também fazem parte das tradicionais a lavoura de subsistência, as invernadas para a criação do gado, a monocultura exportadora (canavieira, cacaueteira, os cafezais), os engenhos rapadureiros do brejo paraibano, por exemplo. A cultura de cereais para consumo e mercado divide o espaço com a pecuária como “é o caso da cultura do trigo e do arroz inundado nos campos do Rio Grande do Sul, praticada em terras arrendadas aos estancieiros” (BERNARDES, 1961, p. 397).

Os sistemas agrícolas melhorados consistem na pequena agricultura da propriedade familiar em que o agricultor pratica uma lavoura mista, e, ao lado dos gêneros de subsistência há um produto comercial (grãos ou carne) solicitado pelo mercado. “Largamente difundida entre os colonos do sul do Brasil, existe um pouco por toda a parte do país” (BERNARDES, 1961, p. 398). Para manter a fertilidade do solo praticam a

rotação de culturas e quando o solo perdeu grande parte de sua riqueza emprega-se o adubo químico ou orgânico.

Dentre as dificuldades para o desenvolvimento da agricultura brasileira estão as condições econômicas reinantes no país diante da rede de transportes propiciando uma produção agrícola de ciclo fechado. Isolamento que se agrava com a dependência em que se acham os setores rurais com o mercado externo pelas oscilações de consumo e preço. Outro agravante diz respeito ao financiamento de acesso difícil aos médios e pequenos produtores, o que justifica a introdução do arado nas regiões agrícolas. É urgente prosseguir as pesquisas para aumentar o conhecimento das debilidades da organização agrária e buscar soluções alternativas.

Na análise de conjunto do Nordeste brasileiro Andrade (1964) entrelaçou abordagens como as relações de produção e trabalho; estrutura social e as condições de vida da população, reunindo informações adequadas sobre a região e sua estrutura agrária. Abordou as relações de trabalho entre os proprietários de terra e os trabalhadores sem terra no conjunto das relações existentes entre os sistemas de exploração da terra e as condições do meio natural com o olhar geográfico sem, contudo, isolá-lo dos aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos.

Das cinco partes da obra, a primeira tratou do Nordeste como região de contrastes; a segunda dos aspectos históricos sobre a propriedade da terra e o trabalho no campo; a terceira analisou a produção agropecuária e as relações de trabalho; a quarta estudou a formação do latifúndio e o uso da terra e a quinta reuniu as tentativas de solução do problema agrário. A região Nordeste inclui os estados “do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, o Leste do Piauí, o Norte da Bahia e o Território de Fernando de Noronha” (ANDRADE, 1964, p. 4).

Toda área compreendia três regiões distintas a partir das condições naturais e geográficas: a região da mata, do agreste e do sertão. A região da mata estende-se do Rio Grande do Norte até a Bahia em terras situadas a leste da região nordestina. “A região da Mata e Litoral Oriental pode ser considerada a mais importante do Nordeste porque nela se concentra grande parte da população (27%)” (ANDRADE, 1964, p. 14). Nela se desenvolveu importante parque industrial e a monocultura canavieira para exportação.

O agreste é a região de transição entre a mata e o sertão caracterizada pela “diversidade de paisagens que ele oferece em curtas distancias, funcionando quase como

uma miniatura do Nordeste, com suas áreas muito secas e muito úmidas” (ANDRADE, 1964, p. 16). Do agreste fazem parte o nordeste do Rio Grande do Norte, sul de Alagoas, Paraíba, Sergipe e Pernambuco. De sua diversidade natural fazem parte os brejos de vales, ciliares e de pés-de-serra, as florestas, a agricultura e a caatinga onde são produzidos cana, mandioca, legumes, fumo, café, banana e gado.

A costa nordestina foi a primeira parte da extensão litorânea brasileira a ser explorada por causa do pau-brasil e, em seguida, pela produção de cana de açúcar. “Quem estudar a história econômica do Nordeste verá que ela se resume nos dois, últimos séculos, numa luta entre a cana-de-açúcar e o algodão. Conforme as solicitações do mercado externo e a oscilação dos preços [...]” (ANDRADE, 1964, p. 72). A mão de obra escrava movimentava os engenhos e sustentava a economia nordestina.

A instalação e o desenvolvimento do engenho demandavam dispêndio de capital que se destinava para a compra da terra, à construção dos prédios, aquisição dos equipamentos e de escravos, bois e cavalos sem os quais a cana não saía da terra e nem se transformava em produtos para a exportação. Empreendimento que exigia um contingente populacional formado pelo senhor de engenho; lavradores; moradores; técnicos; capelão; feitor-mor; feitor da moenda; feitor de partidos; mestre-de açúcar; sotomestre; purgador de açúcar; caixeiro e numerosos escravos como descreveu Andrade (1964, p. 74-84).

O desenvolvimento do campo no Nordeste aconteceu pela cana de açúcar, algodão, coco da Bahia, arroz e pecuária. Assim como ocorreu com a cana, o coco também foi introduzido pelo colonizador português e se estendeu pelos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Seu cultivo não exigia grandes cuidados e, como produção contínua por dezenas de anos, não necessitava de dispendiosa industrialização, era explorada por grandes e pequenos proprietários.

A cultura do arroz expandiu nas margens dos grandes rios como o São Francisco de quem recebia irrigação natural. “A produtividade das terras ribeirinhas do São Francisco é alta, de vez que se obtém, em média, 1.800 quilos de arroz por hectare” (ANDRADE, 1964, p. 130). A pecuária se desenvolveu para auxiliar a atividade econômica canavieira. Bois e cavalos eram utilizados para os transportes dentro e fora dos engenhos. “A criação extensiva, com gado solto, não requeria grandes cuidados, não

necessitava de muitos braços. Por isso, nos primeiros tempos, era pequeno o número de escravos na região” (ANDRADE, 1964, p. 139).

A diversidade marcava as relações de trabalho no agreste na área açucareira, do agave, na pecuária, do surto algodoeiro, da zona do café e da fumicultura. A pequena propriedade é mais comum no agreste do que na região da mata e do sertão. Junto com a agricultura se desenvolviam o ofício de pedreiro, marceneiro, carpinteiro, mecânico e o artesanato. “O sitiante complementa o seu orçamento trabalhando ‘alugado’, como camarada, diriam no Sul do país, para os grandes e médios proprietários vizinhos, ou emigram no estio para a área açucareira” (ANDRADE, 1964, p. 156).

Os latifúndios na região do Sertão surgiram a partir das sesmarias e, posteriormente, das concessões de terras nos meios palacianos, principalmente para quem dispunha de prestígio em Salvador. Os grãos senhores com o domínio da terra cediam parte dela aos foreiros, bom número deles, vaqueiros ou posseiros, para criar o gado e pagar o foro anual. “O sistema de criação era o mesmo encontrado no Agreste; apenas aqui as extensões eram maiores, as fazendas mais importantes possuindo até, algumas delas, mais de 5.000 cabeças de gado” (ANDRADE, 1964, p. 178).

O Nordeste do Brasil arca com o ônus de ser uma região com características que interferem diretamente no seu desenvolvimento, tais como, a) estrutura fundiária extremamente concentrada; b) monocultura canavieira e algodoeira; c) isolamento regional distante dos grandes centros decisórios e por isso seu subdesenvolvimento; d) região historicamente importadora de gêneros alimentícios e e) solos fracos e baixa produtividade. As iniciativas de solução, segundo Andrade (1964, p 225-257), foram tomadas pelas instâncias públicas e pelas organizações sociais.

Para salvar a região do flagelo do subdesenvolvimento o governo federal instituiu a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE visando ampliar a “fronteira agrícola, com a comercialização dos gêneros alimentícios através da reorganização da rede de armazéns e silos, com a industrialização, com a racional exploração dos recursos minerais” (p. 228-229), contribuiria para melhorar as condições de vida das populações pobres. Outra iniciativa veio do Governo de Pernambuco com a organização da Companhia de Revenda e Colonização – CRC que visava encaminhar trabalhadores sem terras para terras desapropriadas e devolutas do estado.

Como ambas as medidas não atenderam as reais necessidades dos trabalhadores sem terras do Nordeste, a massa camponesa tomou a iniciativa de procurar as soluções para os seus problemas por si mesma, pois, “a colonização, tal como é concebida pela SUDENE e pela CRC, e em face aos meios de que uma e outra dispõem, seria, se bem sucedida, uma solução a longo prazo e beneficiaria apenas um pequeno número” (p. 244). A maioria absoluta dos camponeses permaneceria nas condições subumanas, por isso levantou e criou as Ligas Camponesas e organizou os sindicatos rurais.

Nenhuma iniciativa imposta de cima para baixo tem a força necessária para modificar a estrutura fundiária extremamente concentrada como a do Nordeste e a do Brasil. As Ligas Camponesas iniciaram em Pernambuco, no Engenho Galileia e se espalhou rapidamente para todos os estados da região Nordeste. “Em qualquer Estado do Nordeste, mesmo onde a Liga não foi fundada, é comum um camponês injustiçado dizer para o capataz ou para o patrão: ‘graças a Jesus Cristo a Liga vai chegar. Será nossa liberdade’”, (ANDRADE, 1964, p. 249).

As análises de Andrade (1964) consistem numa abordagem do que, desde Kautsky (1986) se denominou questão agrária. Trata-se de entender e estudar o problema gerado pela expansão do capital na agricultura a partir do relacionamento entre o campesinato e o capital com seus modos diferentes de fazer agricultura. A Geografia Agrária também contribui por intermédio de seu método de ler e interpretar o campo, como fez Andrade (1964), ao interligar as relações de produção e trabalho no Nordeste brasileiro tendo o cuidado de não isolar as abordagens geográficas, das históricas, sociais, econômicas e políticas.

As análises de Guerra (1965) visavam demonstrar que a partir das considerações sobre o problema do solo o Brasil está praticamente desaparelhado para efetuar a divisão de terras com critério científico. Não há dados e informações suficientes para a formulação do problema da Reforma Agrária. Cientificamente o que se conhece dos solos brasileiros? Diante da crise rural pela estagnação das técnicas e do êxodo rural a Reforma Agrária poderia ser efetivada não para oito e meio milhões de quilômetros quadrados e sim para um pouco mais de três milhões de quilômetros quadrados.

Estudo pedológico revelaria um Brasil com dimensões continentais, sujeitos a vários tipos de climas e de cobertura vegetal e de solos. “Ainda estamos longe de poder conar com uma carta pedológica do país, mesmo em escala geográfica, como a carta

geológica de 1/5.000.000 que existe” (GUERRA, 1965, p. 131). O que a geografia sabe atualmente é muito pouco a respeito da capacidade agrícola dos solos brasileiros. É urgente compreender as relações entre estrutura geológica, climas e tipos de solos para evitar ou retardar a erosão acelerada com a qual se formam as voçorocas. “O desflorestamento para a localização de roças constitui um traço marcante em vários trechos do território nacional. Consequência da rotação de terras é a desfiguração da superfície primitiva com a abertura de grandes rasgões” (GUERRA, 1965, p. 133).

No sul de Minas, no vale do Paraíba e no norte do Paraná a degradação dos solos está diretamente relacionada com a monocultura cafeeira, em cuja técnica se retirava do solo toda sua riqueza e fertilidade sem nada dar em troca. A substituição dos cafezais pela expansão da pecuária não resolveu o problema, apenas protelou. “Esta situação tem de ser encarada com muito cuidado, tendo em vista o grave problema da exaustão dos solos brasileiros” (p. 133).

No Brasil corre-se o perigo de morrer de fome em cima do próprio pedaço de chão, por isso “não basta a terra para que o agricultor prospere e possa ter vida decente” (GUERRA, 1965, p. 134). A divisão da terra precisa vir acompanhada da assistência técnica e financeira, da segurança do escoamento das safras, e, para isso, há necessidade de considerar os tipos de climas, defesa florestal e abastecimento de águas. Conhecer o meio fisiográfico e a estrutura socioeconômica de cada área.

Nas conclusões, Guerra (1965) ressalta a profunda desigualdade nas estruturas socioeconômicas das regiões do Brasil a serem consideradas para efeito de reforma agrária. O espaço brasileiro reúne diferentes tipos de recursos naturais, os solos e os minérios numa importante área com abundantes cursos d’água. Para isso é indispensável o zoneamento agrícola para que se tenha definido o tamanho ideal das propriedades dentro da área considerada.

As análises geográficas de Becker (1972) incidem a partir dos elementos da teoria geral dos sistemas com os quais estabelece relações entre o processo de crescimento econômico e a estrutura espacial. “O sistema espacial se integra através de uma estrutura de relações de autoridade-dependência exercidas a partir de grandes cidades, foco inicial das inovações” (BECKER, 1972, p. 101). Os centros inovadores ditam o ritmo de crescimento econômico para todas as demais áreas do sistema espacial que são regiões periféricas definidas por suas relações de dependência.

No Brasil o modelo centro-periferia organizado entre 1930 e 1960 elaborou o sistema espacial nacional a partir do processo de industrialização num desenvolvimento em três fases de crescimento econômico: a fase da exploração de recursos; a fase da substituição de importações e a fase de integração nacional. A primeira fase se estende desde o início da colonização até as primeiras décadas do século XX. Caracterizava-se pela agricultura comercial com exploração tradicional e pela mineração.

Com a fase da substituição de importações iniciou no Brasil com o processo de industrialização “altamente inovador, impôs no espaço econômico uma estrutura polarizada tipo centro-periferia, dando início à elaboração do sistema espacial nacional” (BECKER, 1972, p. 103). Forte concentração de investimentos nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo impulsionaram o desenvolvimento de suas áreas metropolitanas cujo dinamismo tornou obsoleto o restante do país.

Os fluxos regionais da produção, antes voltados exclusivamente para o exterior, passam a girar em parte para o grande “centro” que emergiu internamente no País. Para São Paulo passou a convergir algodão em pluma do Nordeste, a juta da Amazônia, gado do Brasil Central, alimentos, além de carvão, madeira, etc. do Sul. Intensos fluxos de população deslocam-se dos estados do Leste e Nordeste constituindo mão-de-obra fundamental para o crescimento do “centro”. (BECKER, 1972, p. 104).

A destruição da antiga estrutura espacial com a construção de grandes rodovias materializaram as novas relações entre o centro e a periferia iniciando a terceira fase: a da integração nacional. Metade da produção industrial está concentrada no centro de onde também partem as decisões da nação tornando-se sede das iniciativas que organizam o espaço. “A diversidade da periferia decorre de sua acessibilidade ao “centro” e de suas características estruturais pré-existentes que a tornam mais ou menos apta a absorver inovações e a sofrer efeitos de drenagem” (p. 104).

No Brasil as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo se constituem nos principais centros de onde partem os estímulos inovadores propiciando o crescimento de grandes e médios centros como o caso do desenvolvimento de Belo Horizonte. “Seu crescimento vinculou-se às necessidades de São Paulo e Rio de Janeiro em produtos metalúrgicos, que estimularam a implantação dessa indústria e a mineração, apoiadas por medidas governamentais no setor de energia e transporte” (BECKER, 1972, p. 107).

O crescimento e o desenvolvimento de Belo Horizonte garantiram seu poder de regionalização ao expandir infraestrutura, serviços e grandes indústrias em sua área metropolitana irradiando progresso em direção ao Estado do Espírito Santo. Tendo como

centros principais as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; como centros secundários as cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre, as demais regiões não apresentaram capacidade para atrair investimentos. Consistem em regiões periféricas pouco se beneficiando da difusão de inovações e se desenvolvem a partir da grande área pastoril visando à exportação de seus produtos.

As regiões periféricas deprimidas que se dispõem na faixa ao longo das porções leste e nordeste da fachada atlântica integram-se no sistema nacional num processo de depressão econômica. É débil sua capacidade de absorção das inovações tecnológicas. Dentre as regiões periféricas deprimidas o Nordeste brasileiro apresenta maior gravidade. O latifúndio exportador de cana e algodão sugou os melhores recursos naturais e retirou todas as condições para o desenvolvimento industrial, isolando ainda mais a área. “Assim, o impacto do crescimento do “centro” foi negativo para a região. São Paulo passou a competir com o Nordeste, tanto na produção do açúcar como na de algodão, obtendo maior produtividade e maior volume de produção” (BECKER, 1972, p. 109).

Além das regiões periféricas deprimidas avança a fronteira agrícola em extensa área quase toda coberta por densas florestas. Ocorre que “mais da metade do território não se encontra ainda economicamente incorporado ao sistema espacial” (BECKER, 1972, p. 109). Deste ponto de vista é uma região de novas oportunidades pela valorização dos seus recursos inexplorados e, por poder absorver os excedentes demográficos da periferia deprimida. Dela poderão surgir novos espaços ao sistema nacional devido ao avanço de frentes pioneiras sobre terras despovoadas e matas por desbravar.

A região amazônica constitui uma fronteira agrícola ainda não integrada dominada pela floresta e pelo eixo fluvial. A valorização dos recursos minerais atraiu capital nacional e estrangeiro para a exploração do manganês no Amapá, cassiterita em Rondônia e as jazidas de ferro na Serra dos Carajás, no Pará. Produtos que serviram ao mercado interno e externo. A ocupação humana da região ainda é mínima e dependente dos estímulos dos centros secundários e principal.

A fase da integração nacional foi impulsionada por duas decisões políticas como a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e a inauguração de Brasília. “A nova capital, situada em posição estratégica, no contato com todos os tipos de periferias, representa verdadeira ponta de lança do ‘centro’. Ponto de

convergência das grandes rodovias de penetração” (BECKER, 1972, p. 111), estimulou a interiorização do processo de industrialização e o avanço das frentes pioneiras.

O crescimento econômico e a estrutura espacial no Brasil seguiram e fortaleceram o modelo centro-periferia. Na fase da substituição das importações iniciou a elaboração do sistema espacial tendo São Paulo e Rio de Janeiro como “o centro”. Industrialização e urbanização ocorreram juntas impulsionando, nesta porção restrita do país, o desenvolvimento e excluindo grandes contingentes da população. “A multiplicação de centros na periferia, com base na concentração industrial, desenvolvidos espontaneamente ou por uma ação planejada, não implica em desenvolvimento global” (BECKER, 1972, p. 114).

Considerações finais

A gênese da geografia agrária no Brasil destacou os aspectos metodológicos e as abordagens analíticas para frisar que o pensar geográfico sobre a agricultura precisa ser disciplinado se desejar contribuir com o desenvolvimento do país e da geografia como ciência. É de interesse da geografia agrária os estudos das formas de ocupação do território nacional não isolando o olhar geográfico das demais abordagens sejam elas históricas, sociais, econômicas e políticas.

As tipologias da agricultura e as diretrizes e prioridades das pesquisas agrárias incidem sobre os desdobramentos das influências do meio natural e diversificação agrícola ao analisar as condições edáficas, abastecimento de água, solo, fauna e flora. As formações econômicas e os tipos de paisagem agrícola estabelecem para o geógrafo desafios a serem superados e discussões de quais direções são importantes e necessárias. Por isso o embate ideológico e as discussões teóricas metodológicas são inevitáveis para que o geógrafo aponte, sem receio, a unidade contraditória da estrutura econômica da sociedade.

Os baixos rendimentos e a grande instabilidade da produção agrícola estão entre as principais características da agricultura brasileira em meados do século XX. Mesmo assim, é grande a sua importância para a econômica nacional devido aos valores da exportação de produtos agrícolas e do desenvolvimento industrial. E, pela dimensão continental do Brasil, o desenvolvimento da agricultura é central para o processo de crescimento econômico e estrutura espacial.

Por intermédio de seu método de ler e interpretar o campo a Geografia Agrária contribui ao revelar as nuances da questão agrária e, a partir dela, verificar as transformações geradas pela expansão do capital na agricultura. Com as iniciativas teóricas metodológicas e com o trabalho de campo surgiram diante do geógrafo agrário diversos desdobramentos tais como: o latifúndio; o minifúndio; a monocultura exportadora; a policultura de subsistência, dentre outros. Sua tarefa é muito mais interpretativa, do que descritiva.

Referências

- ANDRADE, M.C. **A terra e o homem no Nordeste**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.
- BECKER, Bertha K. **Crescimento Econômico e Estrutura Espacial do Brasil**. In: Revista Brasileira de Geografia. São Paulo. v. 34, n. 4. p. 101-116, outubro/dezembro. 1972.
- BERNARDES, Nilo. **Características gerais da agricultura brasileira em meados do século XX**. In: Revista Brasileira de Geografia. São Paulo. v. 23, n. 2. p. 363-420, abril/junho. 1961.
- BERRY, B.J.L.; PYLE, G. F. **Grandes regiões e tipos de agricultura no Brasil**, In: Revista Brasileira de Geografia. São Paulo. v. 32, n. 4. p. 23-39, julho/ago/set. 1970.
- CERON, A.O; DINIZ, J.A.F. **Tipologia da Agricultura – questões metodológicas e problemas de aplicação no Estado de São Paulo**. In: Revista Brasileira de Geografia. São Paulo. v. 32, n. 3 p. 41-71, julho/ago/set. 1970.
- FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da Geografia Agrária brasileira da década de 30 à 90**. In: Geografia. Rio Claro. Vol. 25(1) abril de 20000, p. 55-90.
- FRANK, André Gunder. **A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo – 1964**. In: STÉDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 35-100.
- GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil. Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GUERRA, Antônio Teixeira. **Os solos e a reforma agrária no Brasil**. In: Revista Brasileira de Geografia. São Paulo. v. 27, n. 1. p. 129-136, janeiro/março. 1965.
- GUIMARÃES, A.P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KAGEYAMA, Ângela e SILVA, José Graziano da. **A propósito da agricultura paulista.** *In:* Boletim Paulista de Geografia. São Paulo. v. 56, p. 41-52, junho, 1979.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KELLER, Elza C. de Souza. **Diretrizes e prioridades das pesquisas agrárias.** *In:* Revista Brasileira de Geografia. São Paulo. v. 35, v. 2 p. 134-143, abril/junho. 1973.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O “econômico” na obra “Geografia Econômica” de Pierre George: elementos para uma discussão.** *In:* Boletim Paulista de Geografia. São Paulo. v. 54, p. 41-52, junho, 1977.

VALVERDE, Orlando. **Geografia Agrária do Brasil.** 1º volume. Rio de Janeiro: INEP, 1964.

Recebido em 17/07/2019. Aceito para publicação em 12/09/2019.
--